

---

## O ESPÍRITO DO 1.º DE DEZEMBRO NO PORTUGAL EUROPEU

---

Conferência proferida em Faro em 28 de Novembro de 1993, na Comemoração do 1.º de Dezembro de 1640, promovida pela Delegação Regional da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

*Virgílio de Carvalho*

---

## O ESPÍRITO DO 1.º DE DEZEMBRO NO PORTUGAL EUROPEU

---

A Europa, historicamente desunida e desavinda, tem sido fonte e principal teatro de confrontações globais que puseram o Mundo à beira do holocausto. E, após o termo da mais recente delas, que foi a Segunda Guerra Mundial — o último passo da crescente mundialização da violência —, acabaram por ficar finalmente, frente a frente, os dois maiores expoentes do poder mundial: as superpotências EUA e URSS.

Na corrida contra o tempo que aquelas superpotências travaram na Europa no final da Segunda Guerra Mundial — uma vinda do Ocidente, outra do Oriente — a URSS pôde avançar o suficiente para, obtendo o controlo militar, político e económico da Europa do Leste, deixar a Europa que ficou livre — a Ocidental — sem possibilidades de defender autonomamente a sua liberdade e o seu conceito de vida. Decerto por isso, e também porque reputados pensadores da Geopolítica tinham o controlo da Europa do Leste por uma potência continental como podendo ser um primeiro passo para a consecução da hegemonia mundial por ela, norteamericanos e europeus ocidentais adoptaram a medida que aqueles mesmos pensadores advogavam para o evitar: o acoplamento estratégico da Europa Ocidental com a América do Norte através do Atlântico, ou seja, a Aliança Atlântica, ou NATO.

E foi assim que principiou a confrontação entre os aliados atlânticos liderados pela superpotência EUA, e a superpotência continental — a URSS — pelo controlo da Europa Ocidental. Confrontação que os dois campos tiveram o bom senso de travar de forma indirecta, por isso chamada Guerra Fria, para evitar que uma escalada de violência militar entre eles pudesse descambar em guerra nuclear, de temíveis consequências.

Venceram os do mar, como o marítimo Portugal havia já vencido há cinco séculos quando, ao derrotar os turcos na batalha naval decisiva de Diu, logrou desviar as atenções do Império continental Otomano da

Europa, cujo controlo cobiçava. Como venceu também a Europa Ocidental, na Guerra Fria, por estar integrada na Aliança Atlântica.

De salientar que, durante o quase meio século que durou a Guerra Fria, o equilíbrio geopolítico mundial, que teve como trave mestra o acoplamento estratégico euro-americano, ou NATO, permitiu a estabilidade mundial suficiente para que pudessem ter acontecido os autênticos milagres da democratização e da recuperação económica dos vencidos da Segunda Guerra Mundial, os então perturbadores do equilíbrio global, Alemanha e Japão. E, além disso, aquela estabilidade facilitou o arranque do próprio projecto da Comunidade Europeia, pois os países europeus, com o apoio e a cooperação dos EUA, com a presença militar destes na Europa no âmbito da NATO, e com a sua própria participação nela, começaram, pela primeira vez na história, a entender-se.

M. Gorbachev soube reconhecer em tempo oportuno o insucesso da URSS, e tomar a inteligente iniciativa de propor o termo da confrontação com os EUA. Por isso, ele deve ter falado nas cimeiras da Islândia e de Malta da imprescindibilidade de se preservar o equilíbrio geopolítico mundial vindo da Guerra Fria, para haver suficiente estabilidade global que permitisse ao seu país ter a oportunidade de repetir, com o auxílio das democracias industriais, os supracitados milagres do Japão, da Alemanha e da Europa da CE. Começava aqui a Nova Era, a da cooperação em vez da confrontação e do diálogo em vez da violência, entre antagonistas do passado.

Mas M. Gorbachev esperava apenas remodelar o Partido Comunista — não acabar com ele — provavelmente com o objectivo de preservar a difícil coesão do fragmentário Império Russo, com o autoritarismo característico do sistema político que este impôs. Para o que poderia ter pensado nos exemplos dos regimes de Pinochet e de Franco, repetidas vezes referidos por generais russos como sendo os que fizeram as mais fáceis transições de autocracia para democracia, pelo facto de partirem duma situação de certo desafio económico que eles próprios souberam criar. Mas M. Gorbachev poderia também ter em mente, com a sua manobra, vir a pôr às potências do mar o maior desafio da História à sua liberdade, que seria uma potência continental como a URSS — já transformada em potência também marítima pela posse das maiores marinhas civis do Mundo

— devidamente desenvolvida por mais intenso aproveitamento dos seus vastos recursos naturais.

Por isso é que as democracias industriais, ao acederem a apoiar o desenvolvimento da URSS, ou apenas da Rússia, ou até da CEI (Comunidade de Estados Independentes) exigiram que os seus governantes ponham em prática medidas concretas e claras de democratização política e económica, como garantia de transformação do colosso euro-asiático numa potência estável, moderna, dialogante, responsável, pacífica. E, ao mesmo tempo, aquelas democracias industriais decidiram fortalecer prudentemente os laços de solidariedade transatlântica, Norte-Sul, Sul-Sul e transpácifica do Mundo periférico-marítimo em redor do núcleo do continente euro-asiático, para garantir equilíbrio futuro com o colosso que poderá resultar da evolução em curso no espaço geográfico da ex-URSS. E isso também porque ninguém poderá estar seguro de que, falhados ou esquecidos os propósitos duma Nova Era de diálogo e cooperação, se não caia de novo em perigosa confrontação Leste-Oeste idêntica à da Guerra Fria.

A imperial URSS desmoronou-se na sequência da crise que levou à troca de M. Gorbachev por B. Ieltsin em Moscovo no Verão de 1991. O que aconteceu, em boa parte, porque as républicas periféricas da ex-URSS — às quais havia sido prometida autonomia no âmbito da Comunidade de Estados Independentes (CEI) — terão visto na vitória do novo Presidente, um russo, um sinal de renascimento da centripetista Rússia imperial. O que, fazendo exacerbar o centrifugismo que levou à implosão da URSS, deu a muitos ocidentais a noção de que o projecto de M. Gorbachev — a supracitada CEI — passara a ter menos hipóteses de concretização, e de que a ameaça do Leste acabara definitivamente.

Mas B. Ieltsin não parece ter desistido da CEI. A qual, mesmo que não possa ir além duma simples associação de mercado livre é susceptível, ainda assim, de servir de trampolim para reconstruir com tempo o Império, jogando com a força centrípeta dos vastos recursos naturais da Rússia, mormente dos energéticos. E também com o seu poder militar, que Moscovo está já pondo ao serviço da segurança daquelas repúblicas. Nomeadamente para alegada defesa das fronteiras externas da CEI no Sul transcaucasiano, e da preservação da coesão territorial das mesmas repúblicas, que destacamentos seus que nelas ainda permanecem são acusados de pôr previamente em risco por meios subversivos — fomentadores de acções

separatistas — para depois aparecerem como imprescindíveis para ajudar a dominá-los.

Seja como for, o que é facto é que a maior parte das repúblicas seccionistas da ex-URSS já aceitou o rublo como moeda comum, e já se mostra mais receptiva à ideia duma CEI associação de mercado livre. E a Geórgia, ameaçada de implosão grave por actividades seccionistas, acabou por conseguir a intervenção militar de tropas russas para as neutralizar, contra o compromisso de aderir à CEI e de conceder facilidades à Rússia para utilizar portos georgianos no Mar Negro.

Entretanto, da crise acontecida em Moscovo em Setembro deste ano entre os que haviam chegado ao poder com B. Ieltsin no golpe de Agosto de 1991, saiu vencedor o Presidente, graças ao apoio dos militares, aos quais teve decerto de fazer importantes concessões. Do que poderá resultar que as Forças Armadas tenham passado a ter considerável peso na política interna, externa e de segurança da Rússia. O que terá já a ver com a supracitada questão da Geórgia, e também com a da própria Europa do Leste, a ajuizar pelo facto de B. Ieltsin ter dado o dito por não dito quanto à concordância que dias antes dera à integração da Hungria, da Polónia e da República Checa na NATO. Atitudes que parecem inserir-se numa política de controlo do chamado «near abroad», ou seja, «do exterior próximo» da Rússia (uma espécie de Doutrina Breznhev), que parece ser do interesse prioritário de Moscovo.

A ser assim mesmo, então será de recear, daqui para a frente, a possibilidade de uma «guerra» entre Moscovo e Washington ainda mais fria que a Guerra Fria. Porque, ao contrário desta, que foi abertamente travada por dois blocos declaradamente inimigos, a Guerra Mais Fria seria disputada encoberta e sofisticadamente entre dois parceiros que se dizem ambos interessados na instituição da Nova Ordem Internacional.

Um dos aspectos mais marcantes desta Guerra Mais Fria, ou Gelada, é a proposta surgida de «europeização» da Rússia via «forum» da CSCE, arriscando pôr termo ao acoplamento estratégico Europa-América do Norte, e a imediata contraproposta dos EUA de fazer tal «europeização» no «forum» da NATO, em regime de parceria, exactamente para defender aquele acoplamento, que tem sido a trave mestra do equilíbrio geopolítico mundial. Mas há já outros novos aspectos a merecerem a maior atenção, como sejam o pedido da Rússia ao Vietname para continuar a usar a

base naval de Cam Rahn que utilizou durante a Guerra Fria, e o apenas «talvez» de B. Ieltsin quanto à devolução ao Japão de ilhas estratégicas Curilas que o seu país ocupou no final da Segunda Guerra Mundial.

Tudo razões para se poder reear que a política interna, mormente a relativa à coesão da Rússia e ao avanço do projecto da CEI, e a política externa quanto ao referido «exterior próximo», venham a ter a prioridade de Moscovo relativamente à democratização político-económica no espaço geográfico da ex-URSS. E também para não se duvidar que, em política, continua a haver lugar apenas para interesses, não para amizades.

Todos ouvimos dizer, amiúde, que os progressos espantosos que estão a acontecer no sector das comunicações estão a fazer do Mundo uma espécie de aldeia global. O que quer dizer que hoje, todos os homens, de todos os países, precisam de saber o que vai no Mundo. E, principalmente, de ter a noção clara de que o que ocorre nele, mesmo muito longe de si, os pode afectar também nos domínios fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento, e até no da Justiça.

E isso tem consequências de interdependência importantes, que convém salientar. E uma delas, a primeira, é a de que os países e as associações regionais de países, e os próprios continentes, não mais podem esperar resolver suficientemente os seus problemas fundamentais apenas no seu próprio quadro geográfico.

Pelo que os cidadãos de Portugal — aliás como os dos outros países — precisam de se habituar a pensar e a agir cada vez mais, também como cidadãos do Mundo, e antes mesmo de como cidadãos da Europa. E isto pela simples razão de que o próprio projecto europeu, como atrás foi salientado, terá porventura muitas dificuldades em concretizar-se, se não houver ambiente de equilíbrio e de estabilidade mundial, e uma ordem internacional mínima. E também porque, se a actual superpotência única, os EUA, se faltar de policiar um Mundo que não lhe desculpa o mínimo deslize, mas que muito menos lhe desculparia que não exercesse tal policiamento em nome do interesse universal, decidisse voltar-se para dentro de si, isolando-se. O que se reconhece na mudança fundamental de discurso ocorrida em muitas regiões, a começar pela Europa, que trocaram o habitual discurso de «America Go Home» pelo de «America, Please Stay».

É ainda necessária muita prudência, porque a Europa, nomeadamente quanto ao figurino que irá adoptar, ainda não está garantida, apesar da

entrada em vigor do Tratado de Maastricht, que continua ambíguo. O que se tem notado bem nas hesitações ocorridas quando tem sido necessário dar passos decisivos, irreversíveis. Porque a verdade é que, se há quem seja por um poder central forte para a Europa, com um figurino federalista do género do que levou às trágicas implosões da URSS e da Jugoslávia, também há quem entenda que a Europa só é viável, por aceitável, se concebida como um conjunto harmónico de bons executantes, sem grande necessidade de condutor forte, como acontece com a Confederação Helvética.

Para os federalistas, fronteiras, soberania e individualidade dos países parece serem coisas do passado. Mas isso lembra a célebre teoria do espaço vital, de Ratzel — que Hitler usou para fazer o que fez —, que fala de evolução para a constituição de entidades fortes, que podem, ainda segundo Ratzel, levar a que potências menores venham a ser absorvidas por maiores, num processo que poderá culminar na criação de um reduzido número de estados potentes que eventualmente poderão envolver-se em luta pela hegemonia mundial. O que faz os conhecedores das teses do poder marítimo recearem a possibilidade da construção duma Europa perturbadora do equilíbrio geopolítico mundial, herdeira de comportamentos do tipo que provocaram dramáticas confrontações globais no passado. Daí as hesitações quanto à ratificação daquele Tratado pela pequena Dinamarca, cuja memória histórica, muito fresca, ainda não esqueceu a ocupação alemã a que esteve sujeita na Segunda Guerra Mundial. E os receios doutros países, europeus e não europeus, de uma Europa federalista poder vir a denunciar o seu acoplamento estratégico com a América do Norte, e a envolver-se em entendimentos com a Rússia que podem pôr eventualmente em risco, não só a própria liberdade de acção europeia, mas também o equilíbrio geopolítico mundial.

Para os europeus atlantistas, a Europa terá de ser o vasto Espaço Económico Europeu, isto é, de incluir os países da EFTA e da Europa do Leste, para ser mais autêntica e mais capaz de diluir o preocupante poder centrípeto da Europa Central. Para eles, uma Europa de países em regime de mercado livre, seria o melhor, em termos de equilíbrio entre Segurança, Desenvolvimento e Justiça. E talvez melhor também para um Mundo em que as associações regionais que já estão aparecendo, dada as diversidades dos países que as integram (e que são bem mais acentuadas que as existen-

tes entre os países europeus) não poderem ir facilmente além de projectos do tipo EFTA. Como será, por exemplo, o caso da América do Norte (NAFTA com EUA, Canadá e México), do Sueste Asiático (AFTA para que a ASEAN já está a caminhar), etc. Sobretudo, os atlantistas preferem uma Europa que, longe de renegar o acoplamento estratégico existente com a América do Norte, o procure antes aprofundar através duma comunidade transatlântica mais político-económica que militar, por evolução progressiva da NATO para CE-NATO, conforme proposta de James Baker.

Reside aqui um ponto muito importante, que importa salientar. É que, ao contrário do que dizem os europeus de propensão continentalista federalista, a questão da Europa não é entre os que a querem e os que a não querem construir. A questão é, isso sim, entre os que querem uma Europa continentalista, a ser eventualmente outra superpotência a situar entre as duas superpotências clássicas — correndo o risco de desequilibrar o Mundo por divisão do campo marítimo — e os que a preferem estrategicamente acoplada à América do Norte.

Os europeus atlantistas, particularmente os dos pequenos países periférico-marítimos, temem ainda que os continentalistas pretendam esbater os seus países, em nome da Europa. Pelo que tendem a ser pela Europa das Pátrias de que falava De Gaulle. E o caso é que há comportamentos da Alemanha, como referiu o próprio Helmut Schmidt, antigo chanceler do país, que fazem suscitar tais receios. Por exemplo, procurar ter mais peso em votos no Parlamento Europeu, ser ela — não a CE — membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, etc. Já a França, pelo menos pela boca do seu Presidente, aquando do recente sancionamento da independência de Andorra, de que ele é co-príncipe juntamente com o bispo de Lérída, declarou que «a existência de pequenos estados independentes é uma das riquezas da Europa».

Concorda-se inteiramente com esta afirmação de F. Mitterrand. Porque a Europa será tanto mais harmoniosa, tanto mais aceitável, tanto mais ela, tanto mais rica, e tanto mais competitiva, quanto mais capaz for de preservar, reforçar e integrar as especificidades dos países que a hão-de constituir. E não é até verdade que são os próprios europeus federalistas a dizer isso mesmo do regionalismo, quando querem impô-lo aos países periférico-marítimos, tornando-se até suspeitos de quererem dividi-los, ou de pretenderem diluir a incómoda individualidade deles? Uma Europa de



Pátrias é o caminho mais seguro, e o de maior confiança, por ser o mais livre de irrevessíveis passos apressados que há muito tempo para dar.

O dia que hoje se comemora, o da recuperação em 1640 da independência perdida em 1580, precisa de ser pensado em termos novos. Em termos de pensamento global, é certo. Mas tomando como primeira prioridade Portugal, sem esquecer que é isso mesmo que convém ao Mundo e à própria Europa, por razões atrás referidas, e por outras a que adiante se aludirá. O facto de D. Dinis e de D. João II terem podido fazer de Portugal a única nação capaz de ser país na Península Ibérica, e um país de tal êxito que ainda pôde alcandorar-se durante cerca de um século à posição de primeira potência marítima oceânica da História, e tornar-se até num padrão de universalismo ao pôr em contacto mais directo, mais fácil e mais livre, o Mundo Marítimo que acabou por vencer nos nossos dias a decisiva Guerra Fria, mostra ter potencialidades para poder voltar a ser um País de êxito.

Por conseguinte, há em primeiro lugar que procurar preservar e revigorar Portugal, tirando partido de factores idênticos aos que fizeram o seu êxito no passado, para fins de enriquecimento das suas especificidades visando a preservação da sua individualidade política. Seguidamente, há que contribuir, por discurso geopolítico coerente e firme, e por acções concretas, nos planos interno e externo, para a implantação duma Nova Ordem Mundial que garanta o equilíbrio e a estabilidade global suficientes para que seja possível, não só aproximar mais a Humanidade dos seus ideais de Segurança, Desenvolvimento e Justiça, como viabilizar o próprio projecto europeu. E há que pugnar por uma Europa de todos os países europeus, pequenos e grandes — do Oeste e do Leste —, harmónica descentralizada, flexível, justa, e atlantista.

E, para os que tenham ainda dúvidas quanto a um projecto europeu atlantista ser o que mais convém, lembra-se que, desde 1914, nunca mais a Europa pôde defender-se sem o apoio que lhes veio do outro lado do Atlântico, repetindo afinal a política secular de Portugal de se ligar estritamente à Potência Marítima. E lembra-se também que o evoluir de próprio acoplamento estratégico transatlântico — a NATO — de aliança militar para comunidade mais política e económica que militar (projecto CE-NATO supracitado), terá para o Portugal euro-atlântico a vantagem de fazer dele um país central, mais importante, e inclusivamente mais seguro que apenas periférico na Europa, por tal projecto poder facilitar a impres-

cindível compatibilização da histórica opção nacional atlântica com a sua presente e arriscada opção europeia.

O mar não é só vital para Portugal. É-o também para a Europa que, do ponto de vista geopolítico e geoeconómico, é afinal uma espécie de grande Portugal. Nomeadamente porque, em termos de taxa de maritimidade, ou seja, de relação entre o comprimento da fronteira marítima e o da fronteira terrestre, a Europa, que é extensa e estreita península oeste-leste, bordejada por penínsulas e ilhas de importantes dimensões, é geograficamente muito mais marítima que o próprio Portugal. Europa essa que, por isso, tenderá também a recorrer intensamente a comunicações marítimas — costeiras e oceânicas — e às também livres e complementares comunicações aéreas, como alternativa indispensável às comunicações terrestres. O que, aliás, já foi anunciado.

O «Espírito do 1.º de Dezembro do Portugal Europeu» convirá então que seja o de procurar fazer do país um novo êxito, agora na opção europeia a que sempre se furtou por razões óbvias de segurança, que decorrem principalmente da sua muito especial posição geográfica, encravada entre a Espanha e o Atlântico.

A questão foi aliás muito claramente posta por Oliveira Martins <sup>(1)</sup>, em 1894: «salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVII?». Hoje, o insigne historiador teria por certo posto as suas esperanças na Europa.

Mas na opção europeia, pelas referidas razões de segurança, há que assentar bem os pés no chão das lições da História quanto a sucessos e insucessos do país. Uma História que lembra ter sido Portugal um êxito notável quando nele imperou a preocupação da racionalidade, do atlantismo, da competência, do sã patriotismo, da coesão à volta dos Objectivos Nacionais Permanentes históricos, da criatividade e da cultura científico-tecnológica, e o espírito desinteressado e de sacrifício das suas gentes. E ter sido um insucesso quando se dividiu e passou a mandar a ignorância atrevida dos que queriam, já nesse tempo, acreditar mais no improvisado do que no científico planeamento estratégico.

---

<sup>(1)</sup> «Portugal Contemporâneo».

O que é preciso no espírito novo do 1.º de Dezembro é o exemplo de D. Dinis, um rei de formação europeia, justamente considerado como um dos príncipes mais esclarecidos, mais competentes e mais sagazes do seu tempo que, entendendo que o êxito de Portugal está no lavrar não só da terra, mas também do mar, desenvolveu produções exportáveis por via marítima, «plantou» a opção atlântica que individualizou definitivamente Portugal, e que proporcionou a realização dos Descobrimentos que fizeram dele um património histórico da Humanidade. «Mar» esse que o insuspeito pensador espanhol Miguel de Unamuno reconheceu como sendo o que faz Portugal, e que, num conceito lato, estratégico, deve ser considerado como sendo composto pelos seguintes elementos principais:

- o litoral do Continente;
- o interior do Continente feito litoral por produções exportáveis pelo mar e pelo ar, e por adequadas vias rodoviárias, ferroviárias e fluviais dirigidas à costa;
- os portos e aeroportos, e respectivas áreas adjacentes, constituídas em pólos de desenvolvimento;
- os transportes marítimos (costeiros e oceânicos) e aéreos, suficientemente autónomos;
- os importantíssimos arquipélagos dos Açores e da Madeira, decisivos para o atlantismo individualizante do País;
- relações íntimas, comerciais e culturais, com o Brasil e com os países africanos de língua portuguesa;
- relações privilegiadas, também comerciais e culturais, com a Potência Marítima e com países periférico-marítimos europeus.

O conceito lato, estratégico, de mar, tem muito a ver com o Algarve, onde decorre esta sessão solene, porque a sua junção ao País nascido no Condado Portucalense se tornou indispensável para evitar que Portugal ficasse inviabilizado geopolítica e geoeconomicamente entre ele e a Galiza. Razão por que há toda a conveniência em ser-se prudente com projectos transfronteiriços europeus nos chamados Noroeste Peninsular e Sudoeste Ibérico, cujos efeitos negativos para a individualidade de Portugal convém compensar, tirando precisamente partido das vastas potencialidades centrífugas da maritimidade das duas regiões extremas do Continente, para as tornar saudavelmente competitivas face ao exterior vizinho.

Por isso, e em linhas muito gerais, haverá que, entre outras coisas, tudo mover e tudo congregar para aplicar no Algarve uma estratégia de desenvolvimento em segurança, tirando todo o partido possível da costa e do mar. Por exemplo, fazer da área de Faro-Olhão (sem esquecer outras, como a de Portimão) um importante pólo portuário-aeroportuário de desenvolvimento industrial, comercial e cultural, para o que conviria completá-lo com adequadas infra-estruturas portuárias para servir rotas de cabotagem marítima comunitárias, e os iates que em grande número circulam entre o Norte e o Sul da Europa, sem deixar de ter na devida conta o equilíbrio que deve haver entre o interesse regional e nacional, e o ambiente.

Lembra-se que foi com a constituição de 14 pólos portuários-aeroportuários como os referidos, e com a elevação do litoral a zona especial de desenvolvimento do país todo, que a China conseguiu, num espaço de tempo deveras curto, ser o país que mais depressa cresce no Mundo, à taxa espantosa de 12%.

Seria também conveniente recuperar, modernizar e dinamizar as actividades produtivas específicas da região algarvia nos domínios da agricultura, das pescas, das reservas, da floricultura e da doçaria, e a capacidade da sua comercialização e do seu escoamento rápido. E, bem assim, desenvolver a imprescindível cooperação entre a Universidade e seus pólos com as actividades económicas regionais, visando a consecução do ritmo de inovação necessário à preservação da competitividade do Algarve e do País ante o galopante progresso científico-tecnológico que é característico da era presente. E saliente-se que o tipo de desenvolvimento sugerido poderá ainda contribuir para atrair à região, e fixar nela, gente susceptível de reforçar a qualidade do seu factor humano, com vantagem para o seu desenvolvimento.

A competitividade e o êxito dos países não depende, pelo menos tanto quanto alguns ainda possam pensar, da disponibilidade de recursos naturais autónomos. Os japoneses, que bem carecem de tais recursos, resolveram encarar isso, não como uma desgraça, mas como um desafio, concentrando o melhor dos seus esforços, da sua capacidade financeira e da sua inteligência, no desenvolvimento do seu elemento humano. E com tal sucesso, que acabaram por considerar tal carência uma autêntica benção.

É que o segredo do êxito dos países reside principalmente na judiciosa escolha de objectivos e na disponibilidade de gente técnica e animicamente

capaz para os realizar. Isto é, está mais nas possibilidades intelectuais morais, anímicas e profissionais, e na criatividade e iniciativa dos cidadãos do que nos seus recursos económicos naturais. Enquanto que a razão de seus inêxitos está muitas vezes mais na chamada ignorância atrevida, com atrás se referiu. O que é decerto do conhecimento dos portugueses, pelo menos dos que sabem História estratégica do País.

Em conclusão, o espírito do 1.º de Dezembro no Portugal europeu tem muito a ver com o que será preciso fazer para se dar andamento a que o Poeta Fernando Pessoa já dizia no autêntico testamento político-estratégico que a sua «Mensagem» realmente é, nomeadamente no ponto em que lembra que, depois de cumprido o mar, e desfeito o Império, é preciso cumprir Portugal.

Cumprir Portugal, que não é apenas atlântico, mas também europeu, consiste, designadamente, em afirmá-lo agora na Europa, mas sem deixar que diluam nela. Isto é, tendo em atenção que a sua muito especial geografia — país encravado entre a Espanha e o Atlântico — lhe impõe que Desenvolvimento e Segurança continuem inseparáveis, como duas irmãs siamesas. O que requer evitar confundir integração europeia com integração ibérica. Para que é imperioso compatibilizar a sua opção conjuntural europeia de desenvolvimento com a sua opção histórica atlântica — de sobrevivência — esta do na Europa como País que o «mar» fez e faz, contrabalançando as continentalizações que o projecto europeu lhe impõe com reforço das suas maritimidade e atlanticidade. E, bem assim, com o estreitamento das relações especiais a manter com o Mundo Marítimo europeu e extra-europeu, particularmente, com o Brasil e os países africanos que falam português, como referiu.

Torna-se absolutamente indispensável ter consciência de que a preservação está a virar uma delicadíssima página da História de Portugal, no Mundo e numa Europa que estão a fazer o mesmo, em que as nações e países continuam a lutar pela sua individualidade e bem-estar, agora no clima de cooperação e diálogo próprio da nova era que, por tornar ainda mais difícil separar amizade internacional de interesse nacional, os obriga a lançar mão de políticas mais rigorosas, mais competentes, mais prudentes, mais calculistas, mais frias.

A independência, como à saúde, só lhes é dado o verdadeiro valor quando se perdem. É a memória histórica desta dolorosa verdade que está na base do espírito do 1.º de Dezembro, e que vai por certo levar a que a preservação

geração, que tem sobre os seus ombros tão pesada responsabilidade, esteja à altura dos antepassados que fizeram do País o que ele foi, e o que ainda é.

Não é verdade que estado-nação, soberania e fronteiras sejam coisas do passado. A luta de nações por maior autonomia, e de países pela sua individualidade, a que se tem assistido ultimamente, e que está inclusivamente a dar lugar a trágicas implosões de países que pareciam de pedra e cal, mostra precisamente o contrário. E a instabilidade e a incerteza que caracterizam a cena mundial, e também a europeia, aconselham a ter cuidado com tal ideia feita.

A verdade é que a preservação das especificidades dos países que são membros de associações regionais, como a CE, e a competitividade que daí pode decorrer, é riqueza para eles próprios e para essas associações. A verdade é que fronteiras e soberania se defendem hoje também nas sedes de tais associações com delegações nacionais competentes e aguerridas.

Por outro lado, é possível, como se referiu, preservar a individualidade de Portugal no projecto europeu, jogando forte no atlantismo, para tirar partido de factores geoconómicos e geoculturais que fizeram dele um êxito ímpar na Península Ibérica e no Mundo.

É este o espírito do 1.º de Dezembro que convém assumir no difícil desafio da opção europeia, a bem de Portugal, e do Mundo que deve querer-se geopoliticamente equilibrado e estável. E também da própria Europa, a qual, para preservar a sua individualidade no Continente Euro-Asiático, precisa também de assumir a sua atlanticidade. Como se fosse, afinal, conforme se referiu, um Portugal maior.

28 de Novembro de 1993.

*Virgílio de Carvalho*